



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR
COMISSÃO DA VERDADE

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Entrevista Realizada em: 11.10.2013

Hora: 14h30min.

Local: Sala de reuniões dos Colegiados Superiores

Entrevistados: João Emanuel Evangelista

Responsável pela transcrição: Kaline Faria de Araújo (bolsista)

Almir Bueno: Eu acho que corresponderam às expectativas que nós tínhamos. Reunimos alguns depoimentos. Foram vários depoimentos que eu considero significativos. O de Dr. Salomão Gurgel, e um, em particular, que é do professor Luís Brito, irmão de Zoe Brito.

Carlos Gomes: Eu assisti ao vídeo e foi muito bom.

Almir Bueno: Estávamos conversando aqui, eu e Kadma. No caso da confirmação da audiência pública no dia 25, daria possibilidade dele vir para dar um depoimento para a Comissão Nacional.

Carlos Gomes: Infelizmente, não houve ainda confirmação. Mas a audiência nós faremos de qualquer maneira. Nem que seja convidando às outras comissões que existem aqui para prestar esclarecimento público. Agora, o vídeo que foi feito do

depoimento do irmão Zoé, eu achei muito bem feito, muito interessante, e ele deve ficar no nosso stand para quem quiser ter acesso. Podemos até passar no dia da audiência pública se não houver respostas da Comissão Nacional. Nós poderemos apresentar, pelo menos, esse depoimento. E outros que tenham sido gravados em vídeo, já que em áudio não há maiores interesses. Agora eu estou preocupado porque eu tinha dito aqui que tinha pretensão de terminar o trabalho em novembro. Não vai ser possível. Evidentemente não vai ser possível. Mas eu queria dizer o seguinte: no dia 18, próxima sexta-feira, nós não podemos nos reunir aqui porque a sala será ocupada. Mas eu quero que seja convocada para nossa sala. Por quê? Nós precisamos agora fazer a revisão dos depoimentos. Da transcrição dos depoimentos. Então nós vamos dividir tarefas para que cada um fique com um determinado número de depoimentos, para fazer aquilo em definitivo, porque vai ser um documento, que será colocado no relatório, e da forma como está – não digo todos – mas com a maioria não há condições. Porque eu sei que é da técnica da transcrição. É para colocar aquilo que se ouviu, mas a pessoa pode ter ouvido diferente daquilo que tinha de ser. Certas expressões que acabam ficando meio esquisitas. Isso é o de menos, mas tem coisas mais graves. Então no dia 18 já fica apazada nossa reunião na nossa sala. No dia 25 nós não faremos porque nós estaremos na CIENTEC. Nós precisamos criar certo plantão. O grupo é relativamente grande. E no dia 25 faremos nossa audiência, para a qual nós vamos convidar o pessoal das Comissões da Verdade Estadual, Municipal e da OAB. Cada um faz uma exposição do que achar interessante para o calendário para novembro. A próxima sexta-feira já é novembro. No dia 01 de novembro. A dar corpo a tarefa do relatório. Mas de agora em diante temos que fazer trabalho. Dia 22 com certeza e dia 29. Agora, dezembro nós conversamos depois. Nós vamos fixar um calendário para terminar até dia 13 que é nossa última reunião do ano. Nós só voltamos no início de fevereiro. Eu quero dizer a vocês que estou desesperado, eu fui fazer minha parte e fiz um livro. Eu tenho conteúdo de um livro. Estou quantificando os golpes deste país. Este país é o país do golpe. Democracia no Brasil é uma fantasia. Eu estou decepcionado.

Almir Bueno: Professor... É porque professor Spinelli não está, mas nós íamos fazer uma frente.

Carlos Gomes: Pois é, o Brasil é um país controvertido. Vamos ver a questão das correções das transcrições e vamos fazer grupos para essas correções. Quando professora Ângela chegar temos que ver o caso de Rinaldo. É o caso do rapaz. Quero que você mande uma correspondência para ele, para que ele compareça urgentemente aqui, para que ele consiga o restante do processo. Porque nós tentamos e não conseguimos. A parte mais importante do processo ele não trouxe. Por conta disso, nós mantemos um contato com professora Margarida para irmos ao arquivo. Ficamos surpresos e decepcionados com o arquivo daqui. É um depósito de caixas. Fomos ao pró-reitor de administração e dissemos o que pretendemos fazer. Estava marcada ontem uma reunião com o pró-reitor de administração. Nós temos que encontrar uma solução. A universidade está crescendo. Ótimo. Mas temos que ter um lugar para guardar nossa memória. Tem que haver um arquivo, que possa ser consultado. Não tem um computador lá, se esse rapaz se aposentar ano que vem... Acabou-se. Há caixas e caixas que ninguém sabe o que tem dentro. Então nós da Comissão da Verdade queremos criar um seminário.

Juan de Assis Almeida: Professor, eu gostaria de fazer um registro aqui: que na última segunda-feira, 7 de outubro, faleceu aqui em natal, meu avô Lauro de Almeida. Eu vim aqui registrar isso na Comissão da Verdade porque meu avô teve uma atuação política muito importante. Foi um dos criadores do Comitê Norte-rio-grandense pela Anistia. Participou de várias caravanas. Foi para Recife visitar os presos políticos potiguares. Também foi diversas vezes à Brasília, no superior tribunal militar, para ver a situação política dos presos políticos potiguares, certo? Quando meu tio Lailson de Almeida foi demitido a pedido da ASI, coube ao meu avô vir aqui e falar com o reitor, na época, Diógenes da Cunha Lima, para resolver a situação. Apesar da promessa do reitor, não foi concretizada. Somente na gestão do professor Daladier Pessoa Cunha Lima. Participou também da fundação do PT aqui no estado. Por essa criação do comitê pró-anistia, ele foi agraciado com o título de cidadão Natalense. E dizer que eu tenho muito orgulho da atividade política dele, como também, do meu pai.

Conceição Fraga: Eu sugeriria que ele fizesse por escrito e registrasse nas atas de maneira formal. Com todos os detalhes apresentados por ele. Professor, eu sugeriria

preocupação quanto à documentação muito correta. A sugestão é que digitalizasse todo o material da comissão e disponibilizasse numa página da universidade, além da guarda desse acervo. Mas que de imediato digitalizasse, porque muitos estudantes têm procurado a gente para estudar a História desse período.

Carlos Gomes: Não tenha dúvida. Só temos que organizar a questão do manuseio. Minha preocupação é que tivesse um local, por isso que o seminário é importante.

Juan de Assis Almeida: Professor, outra coisa que eu queria falar é o seguinte: quando os depoentes forem falar, é importante falar próximo ao microfone. Outra coisa importante para se pontuar é que a gente deixe os depoentes falarem ao máximo. Quando eles terminarem de concluir o pensamento, aí nós paramos e fazemos uma pergunta. Porque muitas vezes eles estão tendo uma linha de raciocínio, e isso é quebrado, e quando eles retomam, retomam numa coisa totalmente diferente.

Carlos Gomes: Eu acho que nós já temos um número suficiente para formar um juízo da situação de nossa comissão. Entretanto, há outras pessoas com quem já conversei, às quais de qualquer forma nós vamos ouvir. Eu já falei com Ticiano. Tem Lurdinha, José Bezerra Marinho, que eu não quero. Eu fico constrangido de fazer um registro em nosso relatório, de uma pessoa, que falaram isso dela, sem ao menos termos mais falas sobre esta pessoa.

Juan de Assis Almeida: Não. Mas tem o prontuário dele, que diz que ele colaborou com a ASI. Não foi denuncia de um depoente. Mas só pontuar que não foi um depoimento, foi também um documento.

Carlos Gomes: Eu estive conversando com Adilson, sobre José Bezerra, que é compadre dele, e ele me falou mais ou menos o significado dessa colaboração. Mas eu não quero por ouvi dizer. Eu quero que ele venha aqui. Agora, Ivan Benigno, ele não respondeu. Dava respostas lacônicas. Já fiz três contatos com Domingos Gomes de Lima. Nenhum e-mail foi devolvido. No entanto, foi recebido. Ele não se manifesta. Eu

disse, inclusive, que era a oportunidade que ele tinha de justificar alguns fatos e inclusive a acusação de Genário, de que ele era um traidor. Senão, eu era obrigado a aceitar como verdadeiro. Estou com o documento, porque se a gente não ficar, e se ele não quer depor, ninguém sabe onde é que ele anda. Agora, Tereza Braga, eu já estou com telefone e vou entrar em contato com ela. Se ela não quiser vir aqui, eu vou até lá. O que ela vai dizer é mais ou menos o que a gente já sabe. Tereza Braga foi a primeira das mulheres a empunhar a bandeira contra a repressão. Eram irmãs siamesas, mas Berenice não mora no Brasil, pelo que eu soube. E Tereza Braga está aí. Mora aqui em Natal.

Almir Bueno: Só retomar em relação à Araci. Há uma posição oficial?

Carlos Gomes: É uma que quer ser ouvida, mas não quer ser ouvida assim em plenário. Ela deve estar com medo de alguma coisa. Então eu vou marcar. Ela dependia dos óculos dela. Eu sei que o que ela tem para dizer é onde estão os documentos. E confirmar se era ou não era secretária de Adriel.

Juan de Assis Almeida: É importante ouvirmos ela para sabermos o que a ASI fazia.

Carlos Gomes: Claro. Então nós vamos dar início ao depoimento do nosso colega, que eu gostaria, inicialmente, que desse seu nome. E nosso interesse maior aqui, são as ocorrências no âmbito da universidade. E se você tiver algo a dizer fora do âmbito da universidade, e, for importante, com relação à repressão. Mas se não for importante para nós, podemos encaminhar para outra comissão.

João Emanuel Evangelista: Eu quero cumprimentar o professor e todos os que compõem essa comissão. Eu sou João Emanuel Evangelista. Sou professor do departamento de Ciências Sociais. Atualmente ocupo a pró-reitoria de planejamento. Vou começar lembrando que eu fiz parte do movimento estudantil. E fui o primeiro presidente eleito de maneira direta para o DCE. Posteriormente prestei concurso público para professor da universidade. Comecei a militar na ADURN, e cheguei a fazer parte

da diretoria da ADURN, fui vice-presidente da diretoria da ADURN. A professora Marlene, que era a então presidente, renunciou, e eu acabei concluindo o mandato. Então eu fui presidente do DCE de 1980 a 1981 e fui vice-presidente da ADURN, de 1985 a 1987. Ajude-me aqui Roberto. Eu não chequei nenhuma destas informações. Estou tentando recuperar tudo de memória. Esses fatos falam um pouco sobre minha militância política dentro da Universidade, mas óbvio que minha militância política dentro da Universidade, no movimento estudantil e movimento docente, ela era parte integrante de uma militância política feita na época em partidos clandestinos. Na época eu era integrante do Partido Comunista Brasileiro. Entrei no Partido Comunista Brasileiro entre 1979 e 1979. Tinha alguns espaços de resistência. O cineclube Tirol, que era um espaço de exibição de filmes e discussão, que muitas vezes tinham conotação política que contribuía para formação e engajamento de militantes políticos. Depois nós tivemos o movimento de formação de comitê da anistia, na época liderado pelo deputado Roberto Furtado, Sérgio Dieb, Gileno Guanabara, Seu Lauro, Juraneide da Silva, que era estudante de Serviço Social, e posteriormente foi minha primeira esposa, Risolete Fernandes, socióloga, que também atuava nesse período, Gorete Macedo, que era aluna de arquitetura. Quer dizer, o movimento estudantil começa a se organizar aqui. E outro momento importante foi o dos processos de eleições em torno do MDB, que também possuía espaços, e atraía as pessoas. Nesse momento, no simples fato de você se reunir em qualquer dessas coisas, havia sempre um risco. Sabíamos que existiam pessoas que estávamos nos vigiando. E quando a gente fazia qualquer manifestação para distribuir panfletos e etc. havia sempre carros da polícia e pessoas que ficavam espionando a distância. Comecei a me envolver na política e fui convidado por Juliano Siqueira a fazer parte do Partido Comunista Brasileiro. Nós constituímos uma célula dentro do partido com mais um estudante secundarista, Ricardo Pinto. Essa base começou a ter uma militância aqui na universidade. Organizamos diversas bases do partido em diversos centros. E uma organização do movimento estudantil para as eleições diretas. Fizeram alianças com as esquerdas para eleger o Moisés. Foi mais ou menos o período que coincidiu com a reorganização das UEEs, a reorganização da UNE, o primeiro congresso de reconstrução da UNE. E nesse processo eu fui vice-presidente do DA do CCHLA. Na época não tinha CAs. Eram diretórios acadêmicos que representavam os alunos de todo o centro. E na segunda eleição para presidente do

DCE, eu disputei uma chapa com Geraldo Guedes, que era um candidato apoiado por diversas forças, que hoje constituíram o PT. Nesse movimento nós fomos construindo essa luta. O movimento de anistia ganhou força. A luta pela constituinte começou a ganhar corpo. Nesse processo eu fui presidente estadual do Partido Comunista Brasileiro. Nós, o PCB, tivemos uma expressão política bastante forte. Ligados ao PCB como presidentes: eu, depois Claudio Oliveira, Ion Mascarenhas, Alexandre Motta. Então nós nos elegemos em 1980. A sede do DCE funcionava na época lá embaixo, onde hoje é a Praça Cívica. Antes do DCE funcionar ali, havia uma boate, porque o último presidente tinha transformado ali em uma boate. A fundamentação política era feita por meio de mimeógrafo a tinta. E aí, ia aflorando o processo de divulgação. Eu terminei o meu mandato no DCE, e em dezembro de 1981, terminei meu curso. Eu sou formado em Ciências Sociais, e em fevereiro do ano seguinte houve concurso para professor de Sociologia. Na época era o reitorado do professor Diógenes da Cunha Lima. Tinha a criação de núcleos avançados em vários lugares. Nova Cruz, Caicó, Currais Novos, Santa Cruz, Macau. Eu fiz concurso para Nova Cruz. Fui aprovado, mas o reitor não tinha autorização para fazer o concurso. E nós passamos o ano trabalhando sem receber os salários. E no meu ingresso como professor na Universidade eu sofri ações diretas da ASI. Pessoas me informavam que as aulas que eu dava de sociologia lá em Nova Cruz elas eram assistidas do lado de fora por pessoas ligadas a ASI. Na época o diretor do campus de Nova Cruz tinha sido militar.

Carlos Gomes: O nome?

João Emanuel Evangelista: O nome eu não lembro. Também estava num processo de transição para redemocratização. Participei dos comandos de greves da ADURN. E depois cheguei a ser diretor da ADURN. Em 1982 eu fui candidato a prefeito ainda militando pelo PCB, em Macau. Nós conseguimos eleger dois vereadores, um deles ligado ao PCB. Já no período de legalização dos partidos que estavam na clandestinidade eu cheguei a ser presidente do MDB jovem. Nesse período os espaços de formação política eram muito importantes. O PCB, por exemplo, criou um jornal chamado Voz da Unidade. O sucedante da Voz Operária. Era o jornal clandestino do PCB. Depois veio a Voz da Unidade. Até que nesse percurso veio o movimento das

Diretas Já, que foi um movimento também muito importante. Quando o movimento ganhou mesmo conotação de massas. Foi um movimento que realmente mobilizou a sociedade brasileira. Um dos mais importantes de mobilização de massa. Nós do PCB tínhamos sede, sabíamos de tudo isso, mas íamos buscando uma abertura para que houvesse uma democratização de fato. Os militantes partidários tinham a tarefa de vender jornais. Através da venda de jornais você pode ir identificando potenciais aliados, ou pessoas que poderiam ser recrutadas para o partido. Com os textos dos jornais houve outra formação política. Eu me lembro muito bem que nós tínhamos reuniões todos os sábados. Por exemplo, ali na cidade, por trás do Bradesco, onde tínhamos alugado uma sede. Vulpiano Cavalcanti participava religiosamente e era um dos mais assíduos. Eram jornais semanais. E passou a fazer com que a militância política tivesse formação a partir dos jornais, das resoluções dos congressos, ou então, dos encontros. Então todo esse material era base para formação política e ação coletiva da militância chamada “Frente de Massa”, ou seja, os sindicatos, os movimentos sociais. Naquele momento nós começávamos a organizar o movimento das mulheres, o movimento dos bairros, e o movimento estudantil. Claro que nesse período não era só o PCB que atuava. Tinham outros partidos. Era um desenho de organizações clandestinas que disputavam espaço. Enfim, eu acho que, o PCB teve um papel importante. Até que nós temos uma ruptura interna dentro do PCB, onde havia um grupo mais jovem que pretendia que o PCB procurasse fazer alianças mais à esquerda, e, particularmente, com o PT. E esse foi o motivo de cisão nossa aqui do Rio Grande do Norte. Saiu um grupo enorme de pessoas, e tudo aquilo que nós tínhamos construído no movimento estudantil, no movimento de mulheres e sindicatos, todas essas pessoas saem e vão para o PT. Eu acho que, de maneira geral, é um pouco isso.

Almir Bueno: Professor, posso fazer uma intervenção? Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a presença de João Emanuel, e de Roberto Hugo. João foi meu colega na época que eu ingressei aqui no CCHLA. Roberto na militância da ADURN e também, de certa maneira, hoje eu vou fazer o papel aqui de... O professor Ivis não está aqui, mas ele sempre procura interagir com os depoentes. Particularmente ouvindo o depoimento de João Emanuel, também acabei lembrando da minha própria militância. E na época eu era estudante em São Paulo. O que você colocou aqui para o Rio Grande do Norte, de

certa maneira era o que fazíamos em São Paulo. Ali eu militava no PCdoB, então de boa parte dessa reorganização do movimento estudantil eu também participei. Eu fui ao primeiro congresso de reconstrução da UNE, em 1979. A primeira diretoria da UNE que se reuniu, e não tinha sede. Meus pais foram alugar uma casa por insistência minha. Foi alugada para a diretoria da UNE. Esses depoimentos servem para reavivar suas ações. Cada geração tem sua militância. Você chegou a mencionar que suas aulas em Nova Cruz eram gravadas por pessoas ligadas à ASI. E aqui na Comissão, a gente é sempre recorrente nesse assunto. Eu acho que, para a Comissão aqui da UFRN, a ASI acabou surgindo como grande tema, e eu quero perguntar para você assim: “na época de estudante, como era o conhecimento que vocês tinham em relação à ASI?” Nós tivemos depoimentos de vários ex-reitores que vem sempre com aquela tônica: “ah... eu sabia que existia, sabia do chefe, mas nem sabia onde era.” A ASI funcionou na biblioteca e depois funcionou aqui, onde hoje é a procuradoria. Tinha uma sala que era chamada a sala do RETEMEC, que era onde se enviavam os fax. A ASI funcionava ao lado da sala do RETEMEC, e era Adriel, o chefe da ASI. Mas a rede informante era constituída por uma rede muito maior. Inclusive tinha professores. Inclusive um do meu departamento que antecedeu Adriel no comando da ASI. É bom nós fazermos umas diferenças entre conservadores e delatores. Na ditadura militar, os militares credenciavam as pessoas, fazia um curso de formação, e essa rede de pessoas que era recrutada para fazer esse trabalho. É importante nós também observamos que concurso público foi algo muito recente na História da UFRN. Na verdade as pessoas eram contratadas como professores e como técnicos por indicação. Eram chamadas. Não havia concurso público, então eram relações de compadrio típicas. Na época o recrutamento era, ou por relações familiares ou de proximidade de amizade, ou então, por identidade política ideológica. Então você tinha uma rede de pessoas espalhadas pela universidade que comungavam com isso. A ação da ASI que senti mais fortemente foi como professor. Como militante do movimento estudantil nós sabíamos que eramos monitorados pela ASI, mas nós não tínhamos medo. Nós fazíamos reuniões clandestinas, uma série de códigos de segurança. Você tinha codinome, mas eram regras de segurança de todos os partidos. Muitas vezes fazíamos pichações aqui à noite. Faixas, cartazes, a divulgação de camisetas, um instrumento muito importante de ação política. Nós arrecadávamos recursos por meio da venda de camisetas e dos jornais.

Juan de Assis Almeida: Professor, a extinção da ASI foi uma bandeira de luta do DCE na sua época?

João Emanuel Evangelista: Na minha gestão e em todas as outras. Em todas as gestões isso aí era uma bandeira de luta.

Juan de Assis Almeida: O DCE experimentava de liberdade?

João Emanuel Evangelista: Nós fomos construindo a liberdade.

Almir Bueno: Uma coisa que é bastante comum ouvir lá em Caicó é sobre o movimento estudantil reivindicando uma sala, “a gente precisa de não sei o quê...” Na nossa época a gente pegava o primeiro lugar que tivesse e ocupava, e depois ia ver se podia ou não. É uma coisa que às vezes eu fico meio abismado, como as reivindicações hoje são meio assim sem...

João Emanuel Evangelista: No curso de Ciências Sociais, eu tive certas relações com professores meio conservadores. E algumas ameaças. Tinha um professor que era Juiz, e eu questionava muito. No sentido de que eu não questionasse nada, mas ao mesmo tempo tinham professores que eram simpáticos, que eram de esquerda. Todos os espaços eram de lutas de resistências. Salas de aula, qualquer evento cultural, tudo era motivo para você fazer política e denunciar a ditadura e a repressão.

Almir Bueno: Hoje eu estou muito curioso. Na ausência de professor Ivis. Não tem muito haver com a comissão, mas só para fazer um registro histórico. A discussão sobre os rumos do PCB: uma parte vai para o PMDB e outra para fica no PCB.

João Emanuel Evangelista: Foi antes do PPS. Eu era uma liderança dentro desse grupo, porque tinha ajudado a organizar esse grupo dentro da Universidade. Então a gente rompe com a orientação política do PPS, porque nós não acreditávamos numa ação política sem uma força de democratização. Saí PCB antes do PPS, ainda bem.

Carlos Gomes: Só um instantinho. Sobre a ASI, mas você disse que como estudante você não se preocupava, como professor sim. Mais especificamente, você foi chamado, sofreu alguma...

João Emanuel Evangelista: Nunca fui chamado. Sabia de pessoas que tiravam fotos de atos, de greves. Nós fizemos aqui uma greve de estudantes durante minha gestão que parou. A pauta era o restaurante e o bondinho. Foi uma greve geral que teve. Nós conseguimos um grupo para uma representação no MEC. Nós fomos de ônibus, a reitoria custeou a passagem de ônibus e a volta eles custearam de avião. Algumas reivindicações foram atendidas. Cipriano foi também nessa época. Eu não lembro. Eu só senti uma forte pressão da ASI quando professor mesmo, em que minhas aulas estavam sendo ouvidas pelo lado de fora. E aí, eu fiz a relação da ASI com o diretor do campus de Nova Cruz. Claro que eu fiquei temeroso de ser demitido. Mas enfim, eu já fazia movimento docente, então se isso viesse a ocorrer, levaríamos para a ADURN. Denunciar enfim. A ação da repressão já não era tão brutal como tinha sido até meados dos anos setenta. Tivemos torturas e mortes nesse período.

Conceição Fraga: João, é que aqui eu tenho sempre insistido para quem vai estudar: para quem viveu a repressão, distingue claramente o que foi 1964 a 1968, quando você tem o povo nas ruas e 1979 com o comitê da anistia. Mas o fato é que, eu insisto muito para os jovens que vão estudar que fazer essa periodização é importante, mas não subestimar a forte presença dos militares, a forma truculenta, que é como você diz, eu não fui vítima. Mas aqui dentro da universidade estava cheio, e a instituição era Coronel Mosca, Capitão Cleatho, eram militares, as balas aqui no CCSA. A gente estava assistindo aula e as balas caíam dentro do CCSA. Demonstra o grau de preocupação entre os espaços. Aqui todo mundo sabe. O curso de Ciências Sociais tinha até estudos sobre isso. Mas até um filme que mostra isso. Aluno de Ciências Sociais, eles prendiam, porque era um curso em que estudava marxismo, comunismo. Faz parte. Marx era o fundante da teoria sociológica. Não tinha como você não ver isso no curso. Então veja bem, eu dirijo muito esses meninos para estudarem, porque os festivais universitários eram verdadeiros espaços de resistências. Eu me lembro daquele menino Bosco, que entrava fazendo peças de teatro nas salas. Mostrando o povo falando inglês, porque era

cheio de professores falando outras línguas. E ele para ironizar, através das artes. Mas os festivais eram verdadeiros espaços de resistências.

João Emanuel Evangelista: Claro que o discurso proferido, sua ressonância, era algo pequeno. Então a forma de você envolver os alunos era através da política cultural. Para discutir coisas que tinha um conteúdo político. Então realmente, festival de poesia, festival de música, mostra de cinema. Claro que não tínhamos noção de que eram eventos culturais, mas que tinha espaço para a formação política e algumas questões de fundo. Mas mesmo nesse processo de transição onde a repressão era mais suave, era menos brutal do que 1968 e anos 70, então até meados dos anos setenta você tem uma repressão muito grande. As pessoas que faziam movimento aqui eram chamadas na polícia federal. Eram fichadas. Algumas dormiam por lá. Claro que você tinha a OAB que era muito importante. Você tinha vários advogados, inclusive envolvidos na militância. Varela Barca, que tinha um reconhecimento muito grande. Mesmo em 1982 nós tínhamos o receio de que a repressão voltasse. Então essa exposição ao risco era forma de conquista de espaço. A democracia no Brasil não foi uma outorga, foi uma conquista da sociedade civil e dos partidos. O primeiro de maio era outra forma de ação coletiva importante.

Edilson Pedro Araújo da Silva: É uma dúvida na verdade. Em determinado momento da fala o senhor fala sobre os jornais semanais. Gostaria de saber se esses jornais semanais são os de imprensa alternativa que o senhor se refere. De circulação nacional.

João Emanuel Evangelista: Acho que era “salário mínimo”. São os nacionais porque, na verdade, os jornais eram uma forma de organização dos partidos. Era através do jornal que você ajudava a organizar o partido e análise de conjuntura toda semana. Era o maior elo da direção nacional dos partidos com os militantes espalhados por todo o país. Essa ação política hoje é muito mais frouxa. Você não tem mais os jornais semanais de esquerda. Aliás, a esquerda depois da redemocratização revelava uma incompetência brutal. Exatamente nesse frente, que é essa frente da comunicação. Está muito aquém da esquerda histórica desse país.

Patrícia Wanessa de Moraes: Mas hoje também, nós temos outros meios de comunicação. Por isso tantos jornais estão sendo fechados. Não vejo como um enfraquecimento, mas como uma mudança.

João Emanuel Evangelista: Hoje eu estudo mídia e política, mas se a gente for analisar esse momento da história brasileira, a esquerda tem sido muito incompetente. A questão das redes sociais. Isso é uma coisa que a esquerda usa com muita dificuldade.

Carlos Gomes: Muito bem. Nós queremos só conceder nossa palavra ao professor Evangelista para ele fazer os agradecimentos finais. Fique a vontade.

João Emanuel Evangelista: Professor Carlos Gomes, eu procurei aqui me lembrar de um pouco e queria agradecer a oportunidade na Comissão da Verdade. Espero ter contribuído de alguma forma com o trabalho de vocês.

Carlos Gomes: Tenha certeza que a contribuição é valiosa.